

DECRETO Nº 20.765 DE 17 DE MARÇO DE 2021.

“REPLICA E DETERMINA A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DECRETO ESTADUAL Nº 9.828, DE 16 DE MARÇO DE 2021”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRISTALINA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

OUTORGA RECONHECIMENTO PÚBLICO ao excelente trabalho implementado pelo Comissão Municipal de Enfrentamento ao Coronavírus criada através do Decreto Municipal nº 19.540 de 16 de março de 2020; que diariamente desde o início da declaração pelo OMS de situação de PANDEMIA refere a infecção pelo novo CORONAVIRUS, que até a presente data direcionou todas as medidas adotadas pelo Município de Cristalina que culminaram índices significativos em relação a outras regiões. e,

CONSIDERANDO que na forma do Decreto Estadual nº 9.828, de 16 de março de 2021, impede o Município de Cristalina de seguir as orientações das Notas Técnicas da Comissão Municipal de Enfrentamento ao Coronavírus, impondo a obrigatoriedade de replicar e cumprir o Decreto Estadual.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Replicado e Determinada a fiscalização do cumprimento do Decreto Estadual nº 9.828, de 16 de março de 2021 assim editado:

“DECRETO Nº 9.828, DE 16 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a retomada do revezamento previsto no *caput* do art. 2º do Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, altera essa norma e revoga o Decreto nº 9.700, de 27 de julho de 2020.



O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, também tendo em vista o agravamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19,

DECRETA:

“Art. 1º O revezamento das atividades econômicas previsto no *caput* do art. 2º do Decreto nº 9.653, de 19 de abril de 2020, com a redação dada pelo Decreto nº 9.685, de 29 de junho de 2020, será retomado a partir de 17/3/2021.

§ 1º - O revezamento a que se refere o *caput* deste artigo iniciará com a suspensão das atividades econômicas pelos 14 (quatorze) dias determinados.

2º - O disposto neste artigo poderá ser revisto a qualquer momento conforme a análise da evolução da situação epidemiológica, e permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 9.653, de 2020, com as alterações posteriores, inclusive as decorrentes deste Decreto.

Art. 2º - O Decreto nº 9.653, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 2º

§ 1º

V – hospitais veterinários e clínicas veterinárias;

XXXIV – comercialização de gêneros alimentícios mediante entrega (*delivery*), sistema pegue e leve (*take away*) e *drive thru*; e

XXXV – escritórios e sociedades de advocacia e de contabilidade, vedado o atendimento presencial.

§ 8º - No período de suspensão das atividades, os estabelecimentos mencionados no inciso IV do § 1º deste artigo somente poderão comercializar bens essenciais, assim considerados os relacionados à alimentação e bebidas, à saúde, limpeza e à higiene da população, hipótese em que os produtos não-essenciais não



poderão permanecer expostos à venda ou deverão ser identificados como vedados para venda presencial.” (NR)

“Art 4º

§ 1º - A faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas neste Decreto não poderá ser utilizada quando o município estiver situado em região com situação classificada como de calamidade, segundo o mapa de risco divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2º - A faculdade de flexibilização das medidas restritivas previstas neste Decreto somente poderá ser utilizada quando o município estiver situado em região com situação classificada como crítica ou alerta, segundo o mapa de risco divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde, ocasião em que deverão ser observados os critérios previstos em ato do Secretário de Estado da Saúde.

§ 3º - Nas hipóteses em que houver aumento de casos notificados de infecção por COVID-19 em quantidade capaz de colocar em risco a capacidade de atendimento hospitalar da região, o Estado poderá intervir adotando novas medidas de restrição.” (NR)

“Art 7º

Parágrafo único - No transporte coletivo urbano haverá prioridade para embarque, nos horários de pico, para os trabalhadores empregados nas atividades mencionadas nos incisos do § 1º do art. 2º deste Decreto, o que será demonstrado por qualquer meio hábil, como contrato de trabalho, carteira de trabalho, crachás ou outro documento capaz de comprovar o vínculo empregatício.” (NR)

“Art. 10 - Caberá à Secretaria de Estado de Saúde instituir diretrizes gerais para a execução das medidas a fim de atender as providências determinadas por este Decreto, com a possibilidade, para tanto, de editar atos



normativos estabelecendo, inclusive, medidas de restrição, conforme a situação epidemiológica.” (NR)

Art. 3º - Ficam revogados:

I – o Decreto nº 9.700, de 27 de julho de 2020; e

II – os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.653, de 2020:

a) o inciso VI do § 1º do art. 2º; e

b) os §§ 1º e 2º do art. 8º.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor em 17 de março de 2021.

Goiânia, 16 de março de 2021; 133º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser alterado a qualquer momento acaso haja alteração do Decreto Estadual ou Determinações Judiciais.

Art. 3º - Eventuais dúvidas oriundas do presente Decreto Estadual nº 9.828/2021, deverá aguarda Notas Explicativas das Secretarias de Estado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cristalina, Estado de Goiás, aos 17 dias do mês de março de 2021.



DANIEL SABINO VAZ

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Encaminhe-se

Genelúcio Fabio Alves Carneiro Vieira
Secretário Municipal de Administração

